



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RAPHAEL DE OLIVEIRA LIMA

**COOPERATIVISMO POPULAR COMO REDUTOR DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA COOPCAP.**

NATAL
Dezembro, 2012

Raphael de Oliveira Lima

**Cooperativismo popular como forma de combater as
desigualdades sociais : Um estudo de caso na COOPCAP**

Monografia apresentada junto ao Curso
De Gestão de Políticas Públicas na
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Para se conseguir o título de Bacharel.
Orientadora: Joana Moura

Natal, 2012

SUMÁRIO

Resumo.....	4
Introdução.....	5
Cooperativismo Popular.....	7
Economia Solidária como Válvula de Escape para as Desigualdades Sociais	15
Estudo do caso da COOPCAP: Contextualização da Cooperativa Popular	22
A Busca pela Diminuição das Desigualdades.....	25
Considerações Finais.....	28
Referências Bibliográficas.....	29

Cooperativismo popular como forma de combater as desigualdades sociais : Um estudo de caso na COOPCAP

¹Raphael de Oliveira Lima

Resumo

O cooperativismo popular e a economia solidária têm como principal objetivo, levar melhoria de renda e maior qualidade de vida às pessoas que se encontrem em situações frágeis. Com isso, o presente trabalho tem o objetivo de entender em que medida a associação em uma cooperativa com os princípios da economia solidária pode vir a melhorar as condições de vida das famílias, entendendo esses fenômenos através de um levantamento conceitual e utilizando-se de uma metodologia de estudo de caso, com questionários aplicado ao presidente da cooperativa junto com alguns cooperados na - COOPCAP (Cooperativa de Produção de Beneficiamento da Mandioca da Comunidade Rural de Capoeiras) localizada no município de Macaíba, Rio Grande do Norte. O artigo mostrará uma breve contextualização da cooperativa para depois entender seu funcionamento e até que ponto esses tipos de iniciativas ajudam para a redução da pobreza e desigualdades sociais nas dinâmicas contemporâneas.

Palavras Chave: Economia Solidária, Cooperativismo Popular, Desigualdades Sociais.

Introdução

O cooperativismo, segundo dados da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), é uma atividade que cresce a cada dia tanto pelo seu bom resultado socioeconômico quanto por sua grande capacidade de inserir uma gama de pessoas que nunca teriam chances de concorrência no mercado de trabalho. Esse empreendimento que não teve muito apoio no seu surgimento agora ganha um grande espaço e conseguindo, em muitos casos, concorrer com grandes empresas, trazendo contribuições significativas para a sociedade e norteando políticas públicas e diretrizes para os gestores preocupados com a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (BARROS et. al. 2001)

Com a grande desigualdade criada por momentos de crises e com um Estado considerado desprovido de políticas sociais, fez-se necessária uma iniciativa popular objetivando diminuir a concentração de renda e da miséria. Essa iniciativa pautada em práticas da economia solidária, que segundo SINGER (2002) são estratégias sociais para a redução das situações de miséria, pobreza e injustiças sociais, ganhou, muito recentemente, um parceiro indispensável, o poder público. Desse modo, o Estado percebeu que esses fenômenos de economia solidária e cooperativismo popular não são passageiros, ou seja, estão virando políticas de Estado e que podem fazer a diferença na vida de muitas pessoas.

Por isso, destacamos a importância desse trabalho para que possamos entender melhor o cooperativismo popular. Fenômeno esse que, muitas vezes, é confundido com práticas capitalistas que só visam o lucro e as práticas comerciais, mostrando assim a importância de alguns conceitos que

começaram a ser esquecidos frente à concorrência global pelo lucro e “individualismo insano.”

No presente artigo foram utilizados dois tipos de metodologias: a quantitativa no intuito de buscar dados e gráficos em *sites* de renome como IBGE e PNUD; e a qualitativa, seguindo mais a fundo em entrevistas com questionários pré-elaborados. As conversas ocorreram diretamente com o presidente da cooperativa e com o vereador do município de Macaíba, Rio Grande do Norte que começou a incentivar essas práticas no município.

Com isso, este trabalho tem o objetivo de entender este fenômeno do cooperativismo popular e economia solidária e analisar, através de um estudo de caso, em que medida o cooperativismo pode promover a redução da pobreza e das desigualdades.

Conforme estudos realizados para a elaboração deste artigo vimos que o cooperativismo tem uma influência gigantesca na vida das pessoas e é justamente por isso a importância do estudo desta temática e apresentá-lo como forma de redução do desemprego e das desigualdades que assolam o mundo.

O texto é dividido em três partes. Na primeira delinearei um breve histórico do cooperativismo no mundo remetendo até a Inglaterra no século XVIII, para assim entender um pouco do seu surgindo. Na segunda parte focarei no Brasil, em fenômenos paralelos como economia solidária e desigualdades sociais e por fim, o estudo de caso, para entender melhor acerca do fenômeno na prática e as melhorias na vida das pessoas.

Haverá um enfoque no caso da COOPCAP, uma cooperativa de beneficiamento de mandioca situada no distrito de Capoeira dos Negros no município de Macaíba, Natal, Rio Grande do Norte, que foi escolhida justamente por possuir ações de economia solidária entendendo assim seu funcionamento e a importância que práticas mais sociais vinculadas a um cooperativismo popular desempenham na vida dos seus cooperados.

Utilizamos no estudo um questionário pré-elaborado e, dessa forma, percebemos diversos pontos passíveis de discussão. Obtivemos o apoio da CEPAC (Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã), um órgão independente do município que realiza ações voltadas para indivíduos que estejam em situações de vulnerabilidade social tanto em ações de direitos humanos quanto na promoção de desenvolvimento econômico sustentável. Durante a visita fomos acompanhados pelo ex-vereador de Macaíba, que acompanhou e apresentou-me diretamente aos cooperados.

1. Cooperativismo Popular

De acordo com o Dicionário Moderno da Língua Portuguesa cooperativismo é um sistema econômico e social em que a cooperação é a base sobre a qual constroem todas as atividades econômicas (industriais comerciais etc.). O cooperativismo insiste na primazia da pessoa humana, na economia e na cooperação de todos para a consecução do bem comum.

As cooperativas são empresas constituídas a partir da vontade e necessidade de um grupo de pessoas autônomas em disponibilizar os seus produtos e serviços, de forma mais eficiente, para o mercado consumidor (OCEPAR, 2006).

Segundo KLAES (2005), as ideias de cooperativismo são bastante antigas, segundo este autor, desde os primórdios os homens vêm trabalhando juntos em atividades para defender seus interesses. No entanto, o princípio de cooperativismo nasce com o Socialismo Utópico, com a Revolução Industrial na Inglaterra e a consolidação do sistema capitalista em todo o mundo. Muitos pensadores da época começaram a fazer referência a problemas decorrentes de práticas capitalistas que traziam diversos malefícios, como a miséria e pobreza, a grande parte da população Europeia.

Segundo Montaux (1989) No século XVIII, a Inglaterra era palco de vários movimentos que juntos propunham diversas melhorias nos quadros políticos, econômicos e sociais. Esses movimentos se moldavam em torno de

maior liberdade e melhores condições para todos em geral. Surgiram, então, as ideias de cunho liberal como *laissez-faire*, segundo a qual o mercado deve funcionar livremente sem qualquer interferência estatal. No âmbito político, por sua vez, existia uma revolução contra o absolutismo, que era o monarca tendo o poder absoluto e uma sociedade apenas dividida em rei, clero e a nobreza. Com todas essas transformações ocorrendo não só na Inglaterra, mas em todo o mundo e com a Revolução Industrial que veio firmar o capitalismo como sistema mundial, diversas mudanças se apresentaram no cenário mundial. Os campos começaram a ficar vazios e houve um grande êxodo rural de indivíduos, que procuravam melhores condições nas cidades onde estavam se instalando as fábricas, tendo assim uma separação de atividades. No campo ficavam os grandes latifundiários responsáveis pela produção de alimentos e nas cidades ficam as fábricas onde a grande maioria dos trabalhadores prestava seus serviços.

Segundo Machado (2005), a jornada de trabalho nesta época era muito perversa. Não havia nenhuma qualidade de trabalho porque as leis trabalhistas eram praticamente inexistentes, fazendo com que as pessoas trabalhassem cerca de 16 horas por dia. As condições de trabalho, como a segurança, eram precárias, ocasionando diversos acidentes, e os salários, conseqüentemente, eram muito baixos. Com essa exploração, a burguesia em 1780 começa a ganhar maiores espaços na economia e no cenário local e mundial, pois os lucros eram altos e novos mercados surgiram. Dessa feita, a burguesia nascente, que era focada em lucro, procurava novas maneiras de ganhar mais e começara a diminuir os salários dos operários contratando mulheres e crianças para o serviço. Despedindo também operários homens e velhos aumentando, assim, o desemprego e a miséria e fazendo nascer a rivalidade entre proletariados, que eram aqueles que vendiam sua força de trabalho. A burguesia era, portanto, detentora do poder e fábricas, ou seja, dos meios de produção.

O cooperativismo teve seu pioneirismo, propriamente dito, com Rochdale em 1844. A cooperativa que recebera inspiração em todas essas ideias de ajuda mútua, conseguiu formar a Sociedade dos Probos Pioneiros de

Rochdale, procurando se inserir no mercado da época que era altamente difícil, sendo motivo de zombaria em toda Inglaterra. A cooperativa em seu primeiro ano aumentou de uma libra para cada cooperado para 180 libras e depois, de cerca de 12 anos, passou a ter mais de 1500 cooperados, tornando-se assim uma grande influência para o surgimento de mais cooperativas. Pessoas de todo o mundo visitavam os armazéns da Rochdale, para constatar e analisar o grande desenvolvimento que a mesma conseguira alcançar. RECH (2000)



FOTO 1 – PIONEIROS DE ROCHDALE - 1844
Fonte: Gawlak e Ratzke (2004, p.18).

Segundo PINHO(1977), há alguns princípios para se conseguir tais resultados:

- Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
- Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;

- Qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
- Tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;
- Todas as vendas seriam à vista;
- Os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;
- A Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo;
- A Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Com todo esse desenvolvimento diversas instituições que regulavam e forneciam assessoria às diversas cooperativas, começaram a ser criadas. Em 1895, foi criada a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) com sede em Genebra na Suíça. Segundo dados da ACI, de 2011, têm atualmente um bilhão de filiados e contempla 92 países. Teve seu primeiro Congresso em Londres, fazendo com que o cooperativismo ganhasse mais força ao redor do mundo. Essa associação tinha caráter não governamental e em 1956 ganhou o *status* de órgão consultivo para os países das Nações Unidas. Dessa, foram reformulados os princípios determinados pela Rochdale para os tempos modernos. De acordo com a ACI de 1995 os seguintes parâmetros ficaram, assim, estabelecidos: Adesão voluntária e livre tendo abertura para a sociedade como um todo;

- Uma gestão democrática dentro da mesma, onde todos tenham voz e possam participar na tomada de decisões;
- Participação econômica dos membros - os mesmo têm que contribuir com a cooperativa e receber em troca disto;
- As cooperativas são autônomas e independentes e se fizerem acordos com outras instituições devem assegurar que os membros da cooperativa tenham voz;

- Educação, formação e informação - a mesma educa e forma seus membros para que os mesmos possam produzir mais dentro da cooperativa;
- Intercooperação - a cooperativa trabalha melhor em cooperação com seus membros e instâncias regionais, nacionais e internacionais;
- Interesse pela comunidade- as mesmas trabalham para assegurar melhores condições para a comunidade através de políticas adotadas de forma democrática.

Já no Brasil, Singer (2008) mostra que o cooperativismo só tem realmente seu início no século XX, quando muitos emigrantes europeus trouxeram esses ideais e começaram a implementá-lo, para assim conseguir ganhar espaço em um país cheio de desigualdades. Eles se uniram tanto economicamente quanto em seus conhecimentos para organizar-se e começar a construir cooperativas de consumo e agrícolas. No entanto, as agrícolas não se tornaram rentáveis, pois uma parte esmagadora foi comprada pelos grandes produtores que não queriam concorrência só sobrando as de consumo. Outro ponto abordado por Singer é que essas cooperativas, criadas pelos imigrantes, ainda não pautavam seu funcionamento na autogestão. Conceito esse que fortalecido só um pouco mais tarde.

O cooperativismo nessa época enfrentou problemas inimagináveis tanto pelo fato de ser uma iniciativa nova quanto pelo fato de o Estado não assegurar nenhum incentivo ou benefício. Segundo Singer (2008), os princípios originais do cooperativismo, devido às grandes crises e ao desemprego no século XX, começam a surgir pautados na autogestão e na economia solidária como resposta às crises. Esses só ganharam mais força com o passar dos anos.

Até a década de 30, como já mencionado anteriormente, o cooperativismo no Brasil andava a passos lentos, mas as crises mundiais e a grande depressão de 29, fizeram com que o governo tivesse forte interesse nessa atividade. Em 1932 com a criação do decreto nº 22.239 do governo

Getúlio Vargas, que regulamentou a organização e o funcionamento das cooperativas, muitas cooperativas foram criadas nessa época. A partir disso o governo criou vários incentivos e financiamentos e em 1951 criou o BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo). Porém, com o passar dos anos no governo Collor, em 1990 este banco foi fechado e como SCHNEIDER (1982) sinaliza em seus estudos ocorreu uma falência gradativa de várias cooperativas e um atraso nesta temática.

A partir da década de 70 percebeu-se que esta temática começou a ganhar forte importância novamente com a criação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e do Decreto Lei 5.764. Esses propiciaram a implementação de diversas outras iniciativas como PROGER(Programa de Geração de Emprego e Renda) e, mais atualmente, criou-se a CONCRAB (Confederações das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil) cujo objetivo era a criação e orientação de novas cooperativas desvinculadas do capitalismo, tendo assim fortes alianças com movimentos sociais como MST (Movimento dos Sem Terra).

Dessa forma, as iniciativas para criações dessas cooperativas populares cresceram bastante. Concomitantemente à economia solidária, que, segundo MANCE (2003), são práticas de produção centradas na solidariedade visando desconcentração de renda, dentro de uma sociedade, se fazendo como ferramenta para diminuir as desigualdades e construir melhores condições para as pessoas.

Outra grande iniciativa refere-se às ITCPS (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) criadas em 1998, segundo dados de 2010 do próprio site, se encontram 44 universidades, inclusive a própria UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), fazendo parte dessas cooperativas. Essas levam conhecimento técnico e prático às pessoas que desejam formar cooperativas servindo assim para inserir de grupos socialmente excluídos no mercado de trabalho, gerando assim alternativas de trabalho, renda e maiores noções de cidadania através de uma iniciativa solidária com base na autogestão, mas não só isso as ITCPS também possui

um papel fundamental no quesito de realização de convênios com o setor público.

Um fator que mostra o desenvolvimento deste tema é que em 2001, em Porto Alegre, foi realizado o primeiro Fórum Social Mundial que anunciou a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Com todas essas iniciativas, o cooperativismo no Brasil começou novamente a crescer e um exemplo disto é que a partir das décadas de 80 e 90 houve um crescimento em todas as regiões do Brasil. No ano de 1990 existiam 751 cooperativas cadastradas e depois de 15 anos constatamos um aumento para cerca de 7.300 cooperativas se tornando, assim, um fenômeno de crescimento mundial, segundo os dados da OCB 2003 com mostra a tabela abaixo :

TABELA 3 – NÚMERO DE COOPERADOS E EMPREGOS DIRETOS POR RAMO DE COOPERATIVA – DEZ. 2003

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Educacional	303	98.970	2.874
Especial	7	2.083	6
Habitacional	314	104.908	2.472
Infra-Estrutura	172	575.256	5.500
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Turismo e Lazer	12	396	2
Transporte	706	48.552	2.099
TOTAL	7.355	5.762.718	182.026

Fonte: OCB (2004)

Este crescimento pode ser observado, pelo que já assinalamos nos parágrafos anteriores, tanto pelo forte tendência capitalista nos últimos séculos quanto pela miséria resultante deste sistema para uma grande parcela da população. Outro motivo disso segundo Singer, é a flexibilização dos vínculos trabalhistas e o desemprego decorrente dos mesmos fazendo com que ocorra

uma “corrida por uma sobrevivência Por conseguinte, faz necessário o estudo de temáticas que surgiram da mesma ideia.

O cooperativismo tem se tornado uma atividade fundamental para economia em todo o mundo, e cresce a cada dia ao propiciar serviços de grande valor e com qualidade comprovada.

Contudo, para Singer (2002) existem dois tipos de cooperativas: a autêntica, que é aquela solidária possuindo um caráter igualitário onde todos participam dos lucros e do processo de administração, ou seja, é pautada na autogestão fazendo que o cooperado se sinta dono de si mesmo e não dependente de chefes incompreensíveis; e a cooperativa capitalista, na qual os mais fortes conseguem dominar os mais fracos, sempre pensando no lucro e no bem-estar próprio. Para SINGER (2008, pág 16) “O cooperativismo se divide em categorias que ilustram suas funções no mercado, como as cooperativas de consumo, de crédito, de compra e venda e de produção. O grande diferencial das cooperativas vinculadas à perspectiva da economia solidária e não configuradas como empresas capitalistas é o modo de sua administração. As primeiras possuem sua administração pautada na autogestão, enquanto as segundas praticam a heterogestão. `` Porém o enfoque deste trabalho é na Popular que é mais vinculada a economia solidária e uma autogestão, focando assim no bem estar do seu cooperado. Segundo Singer (2003) a cooperativa popular tem que ser transparente em tudo que faz para que a tomada de decisão seja bem racional, deixando de lado o sigilo das informações.

Destarte, o cooperativismo popular pode se tornar uma ferramenta de vital importância para a redução das desigualdades. Santos (2002) expõe que este autêntico desenvolvimento é benéfico, pois não acarreta só em desenvolvimento econômico aos trabalhadores, mas também prioriza temas mais humanos, como igualdade, equidade e cidadania com uma maior inclusão da classe marginalizada nos meio de produção. Percebemos, então, que este cooperativismo não despreza o âmbito econômico, mas impõe certos limites, o que é importante para não negligenciar outros setores, fortalecendo, assim,

laços sociais e criando maior espírito de cooperação e de um poder comunitário.

Singer (2000) salienta que a autogestão é fundamental no cooperativismo popular, pois além de diminuir a burocratização e anular o domínio na relação empregador e empregado, fortalece os laços que são necessários para realizar esta atividade de cooperativismo popular. Há autores como Proudhon (1809-1865) que afirma que a autogestão é tão fundamental para a sociedade que vai além dessa perspectiva, e que poderíamos ampliar seu efeito e começar a aplicá-la na política, extinguindo-se assim o papel dos políticos e do próprio Estado. Segundo os adeptos dessa abordagem, essa prática diminuiria a corrupção e melhoraria a construção de um Estado melhor para todos.

Santos (2002), utiliza críticas para a racionalidade econômica do modelo vigente, que vai contra o desenvolvimento econômico que é de importância extrema. O desenvolvimento social, por sua vez, encontra-se em direção oposta ao econômico. Porém o cooperativismo popular nasce para agregar esses desenvolvimentos e conseguir ter o econômico juntamente com o social, o político e o cultural. Objetiva-se formar, assim, o cidadão mostrando seus direitos e deveres e fazendo com que ele participe democraticamente das decisões das cooperativas e do seu país.

2. Economia Solidária como Válvula de Escape para as Desigualdades Sociais

De modo geral, a sociedade permaneceu fora das decisões políticas, mesmo sofrendo com tal situação, sendo caracterizada por Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) como neutra às situações de desigualdade e pobreza. Hodiernamente, as grandes mudanças que o capitalismo globalizado trás para sociedade; como aumento da competitividade e diminuição de direitos sociais, foi necessário a intervenção através de iniciativas que pudessem diminuir tais indicadores de pobreza e miséria. Entre essas iniciativas podemos citar a Economia Solidária que surgiu juntamente com o cooperativismo no século XVIII, mas só começou a ganhar espaço muito recentemente.

Atualmente vêm surgidos muitos pensadores que buscam estudar a pobreza e as desigualdades sociais no mundo, tentando assim explicá-las num caráter mais funcional e tentando mostrar meios para a diminuição das mesmas.

Segundo SEN (2001), desigualdade social é uma condição de acesso desproporcional a recursos econômicos, mas não só isso, também existe um acesso desproporcional em capacidades e oportunidades, Sen afirma em seu estudo que um indivíduo não tem certas oportunidades na vida tais como alimentação, moradia, estudo, vida social, direitos políticos ou civis ele está mais propício em falhar em seus objetivos de conseguir um emprego decente e uma renda para sustentar a família.

Esta questão de desigualdade está atrelada a muitos outros fenômenos, como a globalização, que trouxe um grande nível de riqueza para o mundo. Porém essa riqueza não cresceu de forma equânime para todos, tornando assim o mundo mais desigual. Para Sen (2000), o que deveria ocorrer era o Estado garantir que todas as pessoas tenham acesso à vida que elas gostariam de ter, ou seja, desenvolvimento não pode ser atrelado só a bens de consumo, mas sim as outras variáveis também, como não passar fome, ter bom estudo, uma boa saúde, falar outro idioma ou até mesmo ser um membro ativo da comunidade. Estas capacidades ajudariam a conquistar um emprego que possa sustentar a si e a sua família começando, assim, a diminuir o desemprego mundial e a miséria.

Segundo dados do IPEA (2000), o Brasil é um dos países mais pobres em relação a outros que possuem a mesma renda, mostrando claramente a tamanha desigualdade no país. Rocha (2000) considera dois grupos de países em que a pobreza absoluta ainda está contida. O primeiro sendo formado por aqueles países em que a renda total da nação é insuficiente para conseguir gerar um PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* que possibilite uma boa qualidade de vida; e o segundo, no qual o Brasil está contido, são aqueles que possuem riqueza e um bom PIB conseguindo levar um mínimo de comodidade para todos. Segundo dados do FMI (Fundo Monetário Internacional), o Brasil tem um PIB, *per capita*, em 2011 de aproximadamente US\$ 12.000,00 - o que

é considerado até alto, outro dado que podemos trazer para enfatizar melhor o que já foi dito é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano 2011) o Brasil encontra-se na posição 84 de um total de 197 com um índice de 0,770 de o que é considerado um índice mediano para as riquezas que estão contidas em nosso país.

Este fenômeno sempre foi bem perceptível, segundo dados da ONU (Organizações das Nações Unidas). Em 2012 o Brasil aparece entre o terceiro pior índice de desigualdade mundial.

Para (POCHMAN 2011 apud. Ribeiro) existem diversos fatores que contribuem para essa situação em nosso país para, como por exemplo, a carga tributária no Brasil. Ele mostrou que em um grupo de 10% mais pobre, a tributação está beirando os 33% e os 10% mais ricos estão em 22% da renda. Esse dado sinaliza que quem é pobre paga bem mais impostos do que os ricos. Esse panorama deveria ser ao contrário, se quiséssemos realmente mudar o quadro de desigualdade no país. Outros motivos que podemos apontar é a educação de baixa qualidade, tendo dados alarmantes com índice de analfabetismo atingindo 5% na área urbana e 23% na área rural, segundo Jorge Abrahão pesquisador do IPEA. Há, ainda, um outro motivo bem claro: durante muito tempo os pobres não tiveram espaço em uma agenda pública.

Como consequência da desigualdade social se tem a pobreza como principal consequência negativa. Para (SEN 2000), a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. Para o autor, esta privação pode nortear diversas outras carências, tais como mortalidade infantil, subnutrição, doenças crônicas e analfabetismo. Não podemos nos esquecer de outros fatores que devem ser levados em consideração como idade do indivíduo, localização geográfica e situação de epidemias.

Towsend (apud Rocha) demonstra uma mesma linha de pensamento de Sen. A pobreza vai muito além do pessoal, ou seja, da alimentação, habitação e vestuário. Há o lado social que o Estado também, deve prover. Mas em muitos casos falha nos aspectos referentes a saneamento, educação, saúde, trabalho e até mesmo cultura. Todos esses itens têm que se realizados num âmbito mais completo, para que o país cresça, tanto economicamente quanto socialmente, com noções claras de direitos e deveres.

Como sabemos a pobreza não é especificidade de nenhum país, então o Brasil não está isento. Como nosso foco não é global, começaremos a nortear este fenômeno no Brasil. Para a grande parcela da população brasileira pensa que a pobreza no Brasil é causada pela preguiça e comodismo e há noção que sempre haverá alguma política pública assistencialista que ajudará na sobrevivência. Porém não é bem assim, em muitos casos, o desempregado passa fome e é forçado a aceitar ajudas governamentais para a sua sobrevivência.

Segundo Barros, Henrique e Mendonça (2000), o problema da pobreza no Brasil é basicamente concernente má distribuição de renda. Pois há recursos suficientes no país, no entanto esses estão concentrados nas mãos de poucas pessoas, fazendo com que pouca gente ganhe muito e muita gente ganhe pouco.

Conseqüentemente, o crescimento econômico, então, deve vir atrelado à maior qualidade de vida; conceito que só começou a ganhar espaço muito atualmente em uma esfera pública de governo. “A questão central é a qualidade da vida que podemos levar. A necessidade de possuir mercadorias para que se alcance um determinado patamar de condições de vida varia grandemente segundo características fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingentes. O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posse de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável”. (Sen, 1990 pag. 25)

No Brasil, esta economia não teve muito apoio desde seu surgimento devido ao tipo de colonização e industrialização que adotamos. Segundo CARDOSO (2000), o mercado de trabalho brasileiro, até quase início da década de 30, era escravista ou de imigrantes. Teve, por conseguinte, uma industrialização muito tardia, fazendo com que os ricos e empresas transnacionais se sobressaíssem e monopolizassem os mais diversos setores de produção e tivessem lucros absurdos, com concorrência mínima. Essa prática forçava os trabalhadores a se adequar às condições extremas de trabalho.

De acordo com a PNAD(1998), a taxa de desemprego em 1995 era de 6,2% e continuou crescendo até meados dos anos 2000, apresentando dados que, em apenas sete anos, relevaram um aumento de mais de 3%. No entanto a partir de 2004 percebe-se uma diminuição nessas taxas, tendo hoje uma diminuição para 4,7% números antes nunca vistos. No Brasil, o tema ``Economia Solidária`` começou a ser discutido, realmente, como política pública, em 2001, no 1º Fórum Social Mundial. Nesse evento o tema foi discutido por dois dias tendo uma plateia com mais de 700 pessoas, começando a refletir sobre políticas públicas com pilares neste tipo de economia para, assim, satisfazer as demandas sociais.

A partir de então, e com a CF (Constituição Federal) de 1988 esse tema começou a ser amplamente debatido no Brasil e na agenda pública, sendo criados, assim, conferências e um fórum responsável por envolver uma maior participação efetiva dos setores produtivos. O passo seguinte, foi a elaboração de vários documentos, e em 2003, graças ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva(2002-2010), que garantiu o espaço da economia solidária na estrutura do governo, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de forma mais justa e propiciou ambientes favoráveis para pequenas empresas e uma ligação a políticas públicas.

Para Singer (2008), a economia solidária é um modo de produção caracterizado principalmente pela igualdade de direitos. Ou seja, os meios de produção são de posse coletiva dos que os utilizam para sobrevivência. A autogestão, por sua vez, refere-se aos empreendimentos nos quais os próprios

trabalhadores, coletivamente, resolvem as situações da forma mais democrática possível, tendo uma paridade na votação.

CORAGGIO(2000) já denomina este conceito como um conjunto de várias atividades que são comandadas pela parte mais fraca, ou seja, os trabalhadores. Tem-se, assim, o trabalho como recurso central e a reprodução ampliada da vida como principal método para se sobreviver.

Singer(2004) expõe em seu trabalho que o capitalismo, por fazer parte do nosso cotidiano, se tornou algo natural para a população, ou seja, a desigualdade e a pobreza vêm sendo banalizadas como algo natural. Mesmo que essa pobreza afete os filhos e os netos daqueles em desvantagem, pois os filhos daquelas pessoas com condições melhores já saem com vantagem, na concorrência, em busca de novos empregos tornando, assim, um legado para filhos e netos; com isso podemos perceber que a desigualdade é algo crescente e que se expande entre as gerações e que para conseguir contorná-la, precisamos de iniciativas grandes e fortes.

Segundo Singer(2004) para que tal feito ocorra seria necessária uma economia solidária e não competitiva. A palavra-chave deve ser cooperação e não competitividade construindo-se, assim, um sistema mais harmônico , onde tenha uma divisão do trabalho nas empresas e dentro das mesmas. Essa economia só é viável caso realmente haja igualdade nos seus pilares de sustentação e toda a cadeia de produção. Um exemplo disso, é a cooperativa de produção que é conhecida como protótipo de uma economia solidária, pois todos os cooperados, também conhecidos como sócios, possuem uma parcela igual nos lucros, tendo o mesmo valor de voto. Caso eles venham a necessitar de uma liderança, o mesmo é escolhido por todos. Cada um sabendo de sua responsabilidade e ninguém precisando mandar em ninguém.

Outro fator que Singer(2004) sutilmente analisa é que somente essa pratica não resolveria todos os problemas. Pois ainda existiriam empresas melhores do que as outras, ou seja, haveria iniciativas ou articulações das pessoas que levariam sua empresa a ganhar mais do que as outras. Entretanto seria necessária uma intervenção consistente do Estado, para fazer uma

desconcentração de renda distribuindo o dinheiro daquelas empresas fortes para as não fortes usando algumas ferramentas tais como: impostos, subsídios e créditos.

Gaiger (1999) frisa que com os erros cometidos no passado e com tudo que está acontecendo hoje, existe apenas uma diretriz para se conseguir êxito em uma “economia popular”. A alternativa é se nortear através de iniciativas solidárias, ou seja, empreendimentos solidários que consigam fazer um *link* entre os métodos empresariais modernos e os princípios de solidariedade e de cooperação, apoiando-se em vivência comunitária.

Outro autor que mostra a importância de uma ES, em meio a essa globalização, é Arruda (1996). Segundo ele, a globalização diminui diversos direitos do trabalhador, tais como o de livre arbítrio e o de possuir recursos produtivos. Ele ressalta essa globalização fica a favor dos grandes empresários e dificulta, por tanto, a vida dos que não têm condições para concorrer em um mercado cuja concorrência é livre e sem interferência estatal.

Como Singer(2004) afirma, este conceito de economia solidária não deve ser implementado pelo Estado e sim pela própria sociedade. Tem que partir da sociedade a vontade de mudar a realidade vivida. O governo tem que agir criando condições favoráveis para que todo mundo possa viver isto, ajudando no que possível.

Outro ponto que Singer(2009) esclarece em uma aula ministrada sobre “ A crise econômica e o significado da Economia Solidária como alternativa” é a importância dos jovens nesse. Hoje mais frequentemente que antes eles estão querendo uma economia mais justa. Para ilustrar, o pesquisador mostra um exemplo do Quilombo de Sopapo, que trata-se de um projeto de pontos de cultura, realizado em parceria com o MinC, com um total de 60 jovens fazendo diversas atividades como *software* livre e audiovisuais. “[...] Eles estão lá convictos de que isso pra eles é bom, e inclusive se sentindo felizes por poderem gostar dos seus colegas sem estarem competindo com eles. Essa é a

educação que faz sentido. Dar oportunidade às pessoas que quiserem experimentar e acredito que muitas vão gostar.``

Como podemos sublinhar a pobreza e as desigualdades sociais estão enraizadas desde a colonização do Brasil, mas muitas iniciativas nasceram com grandes intelectuais para minimizar estes problemas e esses indicadores. Como exemplo, citamos a própria economia solidária e diversos programas federais como Bolsa Família, Brasil sem Miséria e até mesmo parcerias do poder público com cooperativas populares, investindo e abrindo espaço de concorrência.

Constatamos que a economia solidária pode ser estabelecida como uma alternativa atraente ao modelo capitalista. A ES se propõe a difundir maiores igualdades em vários âmbitos, quais sejam o trabalho, saúde, educação e habitação. Visa, também, tratar o próximo e tentar construir uma sociedade mais justa na qual possamos, algum dia, nos orgulharmos dos caminhos percorridos. Seu foco não é em uma sociedade pautada nos lucros e no individualismo.

Por isso, descreverei no tópico a seguir um caso de uma cooperativa popular agrícola com princípios de economia solidária, para assim termos uma noção mais empírica de tudo que foi abordado, utilizamos um questionário que abordou um total de 15 dos em média 50 trabalhadores para conseguir colocar em prática o estudo de caso em questão.

3.0 Estudo do caso da COOPCAP: Contextualização da Cooperativa

A COOPCAP foi fundada em 2008 devido à grande dificuldade que as pessoas tinham de conseguir espaço no mercado competitivo atual e superar

diversos problemas de caráter social. A ideia foi se mobilizar com o maior número de famílias interessadas e assim criar uma cooperativa para beneficiamento de mandioca.`` Devido às dificuldades que passávamos, tivemos essa ideia junto com a CEPAC e resolvemos coloca-la em prática``(Entrevistado 1) com o objetivo de trazer maior desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida para seus associados. Contavam com a presença de 53 famílias, porém devido a algumas discussões de caráter funcional e financeiro da cooperativa só restam hoje 23 trabalhando em um regime aberto.

Em sua criação, a cooperativa passou por algumas dificuldades no que diz respeito a conseguir mercado e escoamento da produção, pois não tinha nenhum veículo especializado para realização dessa atividade, outras dificuldades apontadas pelos entrevistados foram de conseguir apoio do município em suas ações e de ter algum sistema de comunicação fora o telefone, pois onde a cooperativa está situada não existe ainda internet, fazendo com que isto atrase um pouco a cooperativa e não possibilitando algumas vantagens que essa era tecnológica trás para as empresas. Outro fator que foi levantado foi à dificuldade de se firmar como pessoa jurídica como pode ser visto na fala de um dos entrevistados, ``Estamos nascendo aos poucos, ainda há muito obstáculos para serem percorridos, mas chegaremos ao nosso objetivo``(Entrevistado 4)

Os cooperados trabalham em um regime de no máximo dois a três dias na semana, utilizando-se de um revezamento com a maioria dos moradores da comunidade, tendo sempre alguém trabalhando na lavoura e na casa de farinha, trazendo assim uma grande rotatividade de pessoal na produção, ganhando em média, por pessoa, uma renda que varia entre R\$ 250,00 a R\$ 300,00, possibilitando assim que os associados procurem outros empregos e aumentem ainda mais o seu rendimento e o da sua família.

Em relação ao maquinário, hoje ele é bem sofisticado e foi adquirido através de esforços dos próprios cooperados e de ajuda de empresas como a

PETROBRAS com o Programa de Desenvolvimento e Cidadania. Esses além de ajudar na construção da obra física doaram, em 2010, um caminhão F-250 da Ford; no valor de R\$100.000,00 esse transporte é utilizado para o escoamento da produção acabando com um dos grandes problemas da cooperativa, que era levar seus produtos aos consumidores, parando assim de depender dos amigos e clientes para esse transporte. Outro grande problema era o fato de não possuir uma casa de farinha própria, tendo que pagar uma grande parte do ganho da cooperativa em casas particulares, segundo citação de um dos cooperados `` Antes nossa farinha era produzida a partir de casas particulares e pagávamos em torno de 20%, hoje produzimos nosso próprio produto e ainda conseguimos leva-lo até o cliente, isso é bem legal`` (Entrevistado 3)

O plantio da mandioca é feito em uma área de 884 hectares, o que é considerada bastante ampla e estão projetando obter mais lucro, com uma variedade de novos produtos, além da farinha de mandioca já produzida, compreende fazer tapioca, beiju, raiva, bolos entre outros, expandindo assim o público consumidor afetando positivamente o seu ganho mensal. Porém, sempre preocupados com a qualidade e higiene de seus produtos que são autorizados pelo órgão de vigilância sanitária do município.

Os produtos já estão sendo comercializados nos municípios vizinhos, como Bom Jesus e Ilmo Marinho, e em um supermercado local tendo hoje uma somatória de 1.600 kg semanais. Há pretensão de se expandir para outras localidades e assim conseguir mais mercado, transcrevemos a falar de um dos cooperados`` hoje estamos ganhando mais força e conseguindo vender nosso produto a empresas em toda grande natal, aumentando nosso reconhecimento no estado e talvez chegar a vender até para fora do estado.`` (Entrevistado 5)

No quesito parceria com o poder público local, identificamos que não é muito efetiva, pois só ocorreu uma compra pelo município para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que era para as escolas municipais. Mesmo assim, houve muitos problemas para o recebimento do dinheiro e para o transporte, pois o município queria que a cooperativa ficasse com a tarefa de

deixar o produto em cada escola, tendo assim que gastar muito com transporte, tornando a venda não tão lucrativa. No entanto, mesmo que o município não seja um comprador direto e efetivo, a cooperativa também vende à CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) sendo um bom cliente e em grande escala. Por outro lado, os entrevistados relataram uma série de dificuldades neste sentido, pois estão por conta própria e não recebem nenhum auxílio do município nem mesmo para levar melhor mobilidade para o local, pois onde a cooperativa está instalada é muito precário o acesso e os serviços básicos.

Perguntando aos cooperados como era o relacionamento da cooperativa com o INCRA, percebeu-se que nada muito efetiva, pois o órgão possuía ideias muito atrasadas e além de ir muito pouco a cooperativa não firmando assim nenhum tipo de parceria muito viável e contínua.

3.1 A Busca pela Diminuição das Desigualdades

Este é um dos quesitos mais importantes no estudo de caso em questão. Trata de saber se realmente é perceptível alguma melhoria na implementação das práticas estudadas anteriormente. No caso da COOPCAP realmente houve uma melhoria de vida perceptível, segundo relato dos entrevistados tanto em sua vida econômica quanto na social.

Ficou bem evidenciado que essa iniciativa mudou a vida dos envolvidos na cooperativa em vários aspectos: econômico, social e até mesmo político. Essa atividade não se refere apenas a uma relação de trabalho, eles conseguem investir neles próprios. Além disso, a cooperativa ajuda aos cooperados promovendo palestras educacionais, ensinando melhores métodos de plantio, manuseio e de higiene para realizar as suas tarefas. Também possui ensinamentos sobre temas importantes como economia solidária, cooperativismo popular, sociologia e ajudando dessa forma, os cooperados a terem um senso crítico da sociedade em que eles estão inseridos e agir de maneira mais condizente ao seu tipo de trabalho.

Essas palestras ditas a cima são realizadas juntamente com o auxílio da CEPAC que é uma ONG (Organização Não Governamental) local, Transcrevemos aqui uma das falas ``Frequentemente eu venho aqui e realizo estas palestras para tentar ensinar os conceitos não só comerciais, mas conceitos de vida de como agir em uma sociedade que não é guiada só pelo lucro`` (Entrevistado 2).

Segundo alguns entrevistados, o ingresso na cooperativa possibilitou um notório aumento na renda e aquisição de bens, o que contribuiu para a satisfação na adesão desse tipo de cooperativismo. Podemos constatar isso por meio dessa fala: `` Hoje eu posso comprar comida para minha família e até mesmo uma televisão, me deixa muito feliz participar desse tipo de atividade porque realmente vemos resultados``. (Entrevistado 7)

Como Haughton (1999) explica em seu estudo que essas iniciativas solidárias além do crescimento econômico também produzem o crescimento em outras áreas importantes para que, assim, o desenvolvimento possa ocorrer de forma integral e assim possa trazer mudanças satisfatórias tanto do lado social quanto do econômico e tornando os envolvidos capazes de sustentar suas famílias, com seus filhos devidamente matriculados nas escolas e tendo toda uma atenção à saúde e alimentação, para que assim possam ter oportunidades melhores que seus próprios pais.

Além disso, a cooperativa fez com que essas pessoas tivessem um maior poder de venda, pois eliminaria a figura do atravessador que ficava com grande parte do lucro da produção de pequenos produtores. Agora eles negociam direto com os compradores, aumentando assim a lucratividade e a visibilidade dos associados, como ressaltado por um dos cooperados `` Agora podemos ganhar mais, pois dependemos de nós mesmos para vender nossa produção, aumentando os lucros em até 50% `` ganhando com isso, mais força no município sendo a principal cooperativa de beneficiamento de mandioca de Macaíba.

Outro fator apontado nas entrevistas diz respeito ao clima de trabalho, que por ser harmonioso e com relações de amizade melhora a convivência e as relações fazendo os cooperados trabalharem mais felizes e com certa confiança no ambiente de trabalho, podendo ser visualizado na fala de outro cooperado `` Estamos entre amigos e vizinhos, tornando assim um clima melhor para o trabalho`` (entrevistado 5)

No quesito de consciência política e acesso de informação percebemos que houve um grande avanço, pois cada cooperado percebe a importância da participação da sociedade tanto nas eleições quanto na cobrança em seus candidatos, podendo ser visualizado na fala a seguir: `` Hoje vemos a importância de escolhermos pessoas que briguem pela nossa causa no governo e façam as coisas ficarem melhores`` (Entrevistado 5) o acesso de informações ainda precário está melhorando aos poucos com o passar do tempo.

Em toda a entrevista os cooperados mostravam alegria em poder trabalhar em um tipo de cooperativa solidária, de buscar seu próprio sustento sem ter que submeterem a longa jornada de trabalho e produzir grandes quantidades. Eles estavam lá trabalhando para si próprios, uns cuidando dos outros e fazendo tudo para um bem coletivo, como pode ser visto na fala de um dos entrevistados `` é muito bom poder estar envolvido em uma iniciativa dessa e ter ajuda de organizações como a CEPAC e a PETROBRAS, pois mostrou ser parcerias valiosas e que estão dando muitos frutos``

Percebemos então que mesmo não tendo muito apoio de órgãos dentro do município, na medida do possível eles estão se mantendo bem, devido a programas de algumas empresas com responsabilidade social, sendo o caso da PETROBRAS e de pessoas com conhecimento para orientar seus passos, como exposto na frase a seguir `` Recebemos apoio da PETROBRAS que nos ajudou muito para que esse sonho se tornasse realidade `` (Entrevistado 4)

Sem dúvida alguma, ocorreu um desenvolvimento nessas famílias inseridas nessas práticas esse se deu pautado com pilares mais sociais, possibilitando que essas pessoas uma experiência mais sustentável, voltada para solidariedade e crescimento pessoal. Algo que há muito tempo foi esquecido devido a essa massificação do lucro e de técnicas competitivas.

Considerações Finais:

O cooperativismo por ter tido uma história bem antiga que começou a ser traçada em 1944 na Inglaterra, ainda é pouco entendido na sua maior parte por um número bem expressivo de autores. Ele confundido, muitas vezes, com uma prática capitalista desvirtuando assim seus principais valores que sempre são evidenciados no presente artigo. Ou seja, a importância da autogestão para o funcionamento mais democrático da cooperativa, fortalecendo assim laços sociais, pessoais, culturais e políticos. Enfatiza-se, ainda a iniciativa da COOPCAP como uma maneira de impulsionar desenvolvimento por completo, pois como percebemos o aprendizado vai além da sua vida profissional. Esse é transmitido para sua vida pessoal, tornando o indivíduo mais ativo e interessado em questões sociais da sua cidade ou do seu país. Cria-se, conseqüentemente, um senso crítico e deixa-se para trás uma cultura de comodismo e de incapacidade abrindo espaço para uma sociedade mais direcionada e preocupada com soluções para se minimizar a miséria do próximo podendo assim mudar a realidade de um país por um todo. Fora isto percebemos também a importância que o estado tem em garantir tais valores para a sociedade, tanto incentivando com investimentos quanto conscientizando a população que o desenvolvimento econômico tem que vir atrelado com o social e assim, promover melhor qualidade de vida as pessoas, que elas tenham assim uma saúde e educação de qualidade, mas não só isso, também tenham ferramentas de controle e fiscalização do governo para

poderem opinar e levar suas ideias a lugares onde elas possam ser ouvidas de uma forma democrática e até podendo ser aplicadas.

Referências Bibliográficas

ANTEAG. Autogestão – Construindo Uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho. São Paulo: Anteag, 2000.

Arruda, M. (1996). *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da Desigualdade. Rio de Janeiro, 2001.

CORAGGIO, J.L. Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latinoamericanas na iniciativa da educação para todos. 3.ed. São Paulo; Cortez,2000.277

GAIGER, L. I.; BESSON, M.; LARA, F. e SOMMER, I. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. Cadernos CEDOPE – Série: Movimentos Sociais e Cultura, n.º 15. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

GODINHO, Pobreza e Desigualdade no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais, CODE 2011

HAUGHTON, G. Environmental Justice and the sustainable city. In: SATTERTHWAITE,

D. (Ed.). Sustainable cities. London: Earthscan, 1999.

MANCINI, Euclides. Palavras sobre a economia solidária no Brasil. Mídia da Paz, maio 2003.

MACHADO, JOSÉ LUIS. Condições de Trabalho na Revolução Industrial: saúde em risco constante, 2005

PINHO, Diva B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977

PAUL, MANTOUX, Revolução Industrial no Século XVIII :estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra, São Paulo 1989

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO, Márcio Bruno, Uma análise da carga tributária bruta e das transferências de assistência e previdência no Brasil, no período 1995-2009 : evolução, composição e suas relações com a regressividade e a distribuição de renda.

ROCHA, Sonia. Pobreza: A sistematização que faltava ao enfoque brasileiro. Rio de Janeiro, FGV, 2003

SCHNEIDER, José Odelso. O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo. In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v.12, n.38, 1982

Santos, Boaventura de Sousa; Ferreira, Sílvia (2002), "A Reforma do Estado-Providência entre Globalizações Conflituantes", in Hespanha, Pedro e Carapinheiro, Graça (org.), Risco social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?. Porto: Edições Afrontamento.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. Entrevista Estud. av. vol.22 no.62 São Paulo Jan./Apr. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext> Acesso em abril, 2012.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. In: Proposta – Revista Trimestral de Debates. São Paulo: FASE, 1997.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.) et alii. A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego. SP: Contexto, 2000.

SINGER, Paul .Os Direitos dos Trabalhadores, 2004

SINGER, Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Ed. Contexto, 2003

SINGER, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, 2000*

SINGER, *Entrevista com Paul Singer ,2008* acesso em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf> >

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo:

Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya (2001), Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Editora Record.

HOLANDA, Sergio Buarque, Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, 1936

KLAES, L.S. Cooperativismo e ensino a distancia. Florianópolis/SC. 2005.

Janeiro: DP&A, 2000.

